

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

*(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO
QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA
MARINHA / CP-T/2014)*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

**SEGURANÇA DO TRÁFEGO
AQUAVIÁRIO**

- 1) O parâmetro adimensional que é a expressão da capacidade útil de uma embarcação, determinada de acordo com as prescrições de regras específicas, sendo função do volume dos espaços fechados destinados ao transporte de carga, do número de passageiros transportados, do local onde serão transportados os passageiros, da relação calado/pontal e da AB denomina-se:
- (A) arqueação líquida.
 - (B) boca moldada.
 - (C) borda livre.
 - (D) arqueação bruta.
 - (E) calado moldado.
- 2) O Art. 71 da Lei nº 9.605/98, que versa sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estabelece que o processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar o prazo máximo de:
- (A) trinta dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
 - (B) trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
 - (C) quinze dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) ou à Diretoria de Portos e Costas, do Comando da Marinha, de acordo com o tipo de autuação.
 - (D) quinze dias úteis para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.
 - (E) oito dias úteis para o comparecimento ao Agente da Autoridade Marítima responsável pela área de jurisdição.
- 3) De acordo com o estabelecido no capítulo 4 da NORMAM-07/DPC, o qual regula o procedimento Administrativo em relação a infração à Lei nº 9.966/00, de competência da autoridade marítima, o infrator ao tomar ciência de determinada infração, apresentará a defesa em primeira instância em até quantos dias de prazo, contados da data em que o autuado tomou ciência da autuação?
- (A) 8
 - (B) 10
 - (C) 15
 - (D) 20
 - (E) 30

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2014

- 4) A distribuição dos Práticos, consolidada somente na Escala de Rodízio Única de Serviço de Prático, deverá proporcionar o revezamento desses profissionais, em períodos de serviço pré-estabelecidos, de modo a manter o atendimento das embarcações de forma contínua, ou seja, cada faina de praticagem será realizada por Prático perfeitamente identificado nessa escala. O Representante Único do Serviço de Praticagem, sob a supervisão da Capitania/Delegacia/Agência, levará em conta as peculiaridades locais de cada Zona de Praticagem para a elaboração da escala. Assim, para a elaboração da escala de rodízio, deverá ser observada a regra de que o Prático só poderá permanecer em período de serviço por, no máximo, quantas horas consecutivas?
- (A) sete.
 - (B) seis.
 - (C) cinco.
 - (D) quatro.
 - (E) três.
- 5) Assinale a opção que apresenta um caso de arribada justificada, desde que previamente solicitada à Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência de despacho, estando dispensada a instauração de IAFN.
- (A) Acrescentar porto de escala para abastecimento.
 - (B) Arribada de embarcação de pesca estrangeira, não autorizada a operar em AJB.
 - (C) Se a falta de víveres ou de aguada proceder de haver-se perdido e estragado por má arrumação ou descuido; ou porque o comandante vendeu alguma parte destes.
 - (D) Se a falta de víveres ou de aguada proceder de não haver-se feito a provisão necessária segundo o costume e uso da navegação.
 - (E) Nascendo a inavegabilidade do navio de mau conserto ou de má arrumação da carga.

- 6) De acordo com a NORMAM-20/DPC, toda embarcação nacional ou estrangeira que utiliza água como lastro deve possuir um Plano de Gerenciamento da Água de Lastro com o propósito de fornecer procedimentos seguros e eficazes para esse fim. Este plano deve ser incluído na documentação operacional das embarcações, devendo, ainda, ser específico para cada uma delas. Desta forma, assinale a opção que apresenta um item necessário à composição de tal plano.
- (A) Procedimentos detalhados de segurança para a embarcação e tripulação associados ao gerenciamento de água de lastro.
 - (B) Descrição detalhada das ações a serem empreendidas para a reciclagem e o reaproveitamento da água de lastro.
 - (C) Indicação de um único ponto onde deve ser feita a coleta de amostras da Água de Lastro.
 - (D) Indicação de Oficial a bordo responsável por assegurar que o Plano seja corretamente destruído em caso de abandono do navio.
 - (E) Ser redigido somente no idioma de trabalho do navio, caso este seja de bandeira brasileira.

- 7) Assinale a opção correta, de acordo com o procedimento nos portos em Águas Jurisdicionais Brasileiras, estabelecido na NORMAM-08/DPC.
- (A) As embarcações estrangeiras içarão a Bandeira Nacional na popa.
 - (B) As embarcações deverão utilizar-se somente de sinais sonoros e comunicação em VHF, para definir antecipadamente movimentações, especialmente, no caso de manobras próximas.
 - (C) As embarcações de salvatagem poderão ser arriadas para treinamento da tripulação, mediante autorização específica das Capitânicas/Delegacias/Agências (CP/DL/AG). Os exercícios deverão ser registrados no Diário de Navegação, nas datas em que foram realizados, constando os pormenores mais interessantes da faina realizada.
 - (D) É permitido ao navio atracado realizar reparos que o impossibilite de manobrar, desde que em situação especial e que tenha obtido a concordância da Administração do Porto ou Terminal.
 - (E) É autorizado o tratamento e pintura nos conveses e costados, devendo o navio cercar-se das medidas necessárias para evitar a queda de pessoas e material no mar. Poderão ser arriadas pranchas e chalanas, mediante licença prévia das CP/DL/AG, as quais deverão ser recolhidas ao final da faina ou ao pôr do sol.
- 8) De acordo com a dotação de material de navegação e segurança para as embarcações de esporte e/ou recreio prevista na NORMAM-03/DPC, assinale a opção correta.
- (A) É obrigatória a agulha magnética para embarcações miúdas, quando empregadas na navegação interior.
 - (B) É obrigatório para embarcações de médio porte com comprimento maior ou igual a 12 metros, 2 unidades de boias salva-vidas, sendo pelo menos uma com retinida flutuante, quando empregadas em navegação interior.
 - (C) São obrigatórias 4 unidades de bomba de esgoto, uma delas com acionamento manual, para iate quando empregado na navegação costeira.
 - (D) O EPIRB 406 MHz é obrigatório para as embarcações de médio porte, quando empregadas na navegação costeira.
 - (E) O Certificado ou Notas de Arqueação é obrigatório para as embarcações de médio porte, quando empregadas na navegação oceânica

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2014

- 9) Assinale a opção correta, de acordo com os conceitos de tripulação de segurança estabelecidos na NORMAM-01/DPC.
- (A) Lotação é o número máximo de pessoas autorizadas a embarcar, incluindo tripulação de segurança, demais tripulantes e passageiros, não contabilizando os profissionais não-tripulantes.
 - (B) As embarcações com Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a 20 estão isentas da emissão do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS).
 - (C) Por ocasião do pedido da Licença de Construção, a Capitania, Delegacia ou Agência emitirá um CTS definitivo, com base nos planos da embarcação e na sugestão de tripulação de segurança feita por parte do interessado, antes da emissão da Licença de Construção.
 - (D) O CTS terá validade de cinco anos, sujeito à manutenção das condições de segurança observadas por ocasião da emissão do Laudo Pericial, devendo ser reavaliado após esse período ou quando ocorrerem alterações que interfiram nas condições de segurança.
 - (E) O proprietário, armador ou seu preposto poderá solicitar recurso à Diretoria de Portos e Costas (DPC), em última instância administrativa da decisão da Capitania (CP), Delegacia (DL) ou Agência (AG), quanto à revisão do CTS. Para tal, deverá dar entrada na CP, DL ou AG que efetuou a revisão, de requerimento à DPC, apresentando a argumentação julgada cabível.

10) A NORMAM-06/DPC estabelece condições básicas para que uma sociedade classificadora seja reconhecida para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I - Possuir competência, habilitação e capacidade para organizar, dirigir e supervisionar as auditorias, as inspeções, as vistorias e a emissão de certificados e demais documentos previstos na legislação aplicável.
- II - Apresentar regras e regulamentos próprios de construção e classificação de embarcações, sistemas e equipamentos, adequados para navegação, tipo de embarcação e/ou características de serviço considerados.
- III- Elaborar e manter atualizadas todas as regras, regulamentos e procedimentos necessários à realização dos serviços em nome da Autoridade Marítima do governo estrangeiro responsável pela bandeira da embarcação inspecionada.
- IV - Manter cópia atualizada de todos os regulamentos, códigos, convenções, normas e procedimentos necessários para a realização dos serviços para os quais foi autorizada a atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.
- V - Apresentar competência, capacidade e os meios adequados para realizar as auditorias internas e os controles exigidos pelo seu próprio sistema de qualidade.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa V é verdadeira.

11) De acordo com o Art. 16 da Lei nº 9.537/97 (LESTA) a Autoridade Marítima poderá adotar a seguinte medida administrativa:

- (A) multa.
- (B) demolição da obra e benfeitorias.
- (C) apreensão do certificado de habilitação.
- (D) suspensão do certificado de habilitação.
- (E) cancelamento do certificado de habilitação.

- 12) Para fins de instauração do Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN), são exemplos de ocorrências consideradas acidentes da navegação:
- (A) naufrágio e mau aparelhamento da embarcação.
 - (B) deficiência de equipagem e água aberta.
 - (C) arribada e alteração da rota.
 - (D) explosão e má estivação da carga.
 - (E) incêndio e varação.
- 13) Ao abordar a homologação de helipontos instalados em embarcações em operação nas águas jurisdicionais brasileiras, a NORMAM-27/DPC estabelece que a validade da Portaria de Homologação será de quantos anos?
- (A) 2
 - (B) 3
 - (C) 5
 - (D) 7
 - (E) 10
- 14) Conforme previsto na NORMAM-07/DPC, a quem compete como Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário, julgar os recursos sobre multas aplicadas por infração aos regulamentos e às leis relativos à segurança da navegação (RLESTA), em última instância?
- (A) Ao Distrito Naval.
 - (B) À Diretoria de Portos e Costas.
 - (C) À Diretoria Geral da Navegação.
 - (D) À Capitania dos Portos.
 - (E) Ao Comando de Operação Navais.

15) Em relação às atividades subaquáticas (NORMAM-15/DPC), assinale a opção correta.

- (A) A Ficha de Cadastro de Empresa de Mergulho (FCEM) é um documento emitido pela DPC, cuja validade é de dois anos a contar da data de sua emissão. Se aplica apenas às empresas brasileiras que atuem no mercado nacional.
- (B) Nas operações de mergulho realizadas sob condições perigosas e/ou especiais será facultado ao supervisor de mergulho a instalação de uma câmara hiperbárica a uma distância que não exceda a uma hora de viagem do local de mergulho, levando em consideração os meios de transporte disponíveis.
- (C) O Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (CSSM) é um documento emitido por sociedade classificadora reconhecida pela DPC para certificar sistemas de mergulho em nome do governo brasileiro, cuja validade é de cinco anos a contar da data de sua emissão.
- (D) As CP/DL/AG deverão divulgar em seus sítios da internet a relação das empresas de mergulho cadastradas em suas respectivas áreas de jurisdição. Cabe ao usuário verificar a fidedignidade dos dados lançados no cadastro da sua empresa.
- (E) Qualquer frente de trabalho que envolva serviços subaquáticos prestados por empresas de mergulho cadastradas só poderá ter suas atividades iniciadas após autorização emitida pela CP/DL/AG local.

16) Conforme estabelecido na NORMAM-05/DPC, os certificados de homologação terão validade de até _____ anos, contados a partir da data de emissão. No caso de certificados referentes às rações para náufragos, a validade será de até _____ anos.

- (A) dois / dois
- (B) três / dois
- (C) cinco / dois
- (D) cinco / três
- (E) dez / cinco

- 17) Com relação aos requisitos estabelecidos na NORMAM-02/DPC, possuem isenção da emissão do CTS:
- (A) as embarcações com AB menor ou igual a 40.
 - (B) os comboios compostos por menos de 5 embarcações, desde que a AB total não ultrapasse a 30.
 - (C) as embarcações com AB menor ou igual a 30.
 - (D) as embarcações de carga com comprimento menor ou igual a 20m.
 - (E) as embarcações com AB menor ou igual a 10.
- 18) Conforme estabelecido na NORMAM-03/DPC, em relação às categorias de Amadores, assinale a opção correta.
- (A) Capitão-Amador - apto para conduzir embarcações somente entre portos nacionais, nos limites da navegação costeira.
 - (B) Mestre-Amador - apto para conduzir embarcações somente entre os portos nacionais, nos limites da navegação interior.
 - (C) Motonauta - apto para conduzir moto aquática nos limites da navegação costeira.
 - (D) Veleiro - apto para conduzir embarcações a vela sem propulsão a motor e sem limites de navegação.
 - (E) Arrais-Amador - apto para conduzir embarcações nos limites da navegação interior.
- 19) Constatada a infração será lavrada a Notificação para comparecimento, convocando o responsável por eventual cometimento de infração para dar as devidas explicações e obtenção de orientação nos casos de infringência à legislação vigente afeta à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana, no mar aberto e em hidrovias interiores, que antecede a lavratura do respectivo Auto de Infração. De acordo com o Anexo 3-A da NORMAM-07/DPC, qual será o prazo, em dias úteis, para o comparecimento do responsável à Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência para prestar os esclarecimentos devidos?
- (A) 4
 - (B) 5
 - (C) 8
 - (D) 10
 - (E) 15

- 20) Conforme previsto no Art. 25 do Decreto nº 2.596, de 18/05/1998, que regulamenta a LESTA, a pena de suspensão do certificado de habilitação, imputável ao prático, por recusar-se à prestação do serviço de praticagem, não poderá ser superior a quantos meses.
- (A) 12
 - (B) 15
 - (C) 20
 - (D) 24
 - (E) 36
- 21) Em relação às atividades de assistência e salvamento (NORMAM-16/DPC), assinale a opção correta.
- (A) O serviço de Assistência e Salvamento é gratuito, prestado por entidades públicas, às embarcações, coisas ou bens, em perigo no mar, áreas portuárias e águas interiores, por força de acidentes ou avarias, visando à recuperação dos mesmos, manutenção das suas condições operativas ou reboque para reparos em estaleiro ou oficina especializada.
 - (B) O serviço de Busca e Salvamento é remunerado, decorrente de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, prestado em caráter de urgência, visando ao resgate de pessoas em perigo, em decorrência de acidentes ou avarias com embarcações. O Serviço de Busca e Salvamento é conhecido pela sigla SAR (Search and Rescue).
 - (C) Compete aos Comandantes de Distritos Navais, como Representantes da Autoridade Marítima para o Socorro e Salvamento, coordenar as ações de redução de danos relacionados com sinistros marítimos e fluviais e o salvamento de náufragos.
 - (D) Reflutuação é a definição para a recuperação de bem encalhado, afundado ou submerso, a fim de restaurar suas condições e atividades originais, mediante operação de Busca e Salvamento.
 - (E) Compete ao Comandante de Operações Navais, como Representante da Autoridade Marítima para a Segurança da Navegação e o Meio Ambiente, coordenar as ações de redução de danos relacionados com sinistros marítimos e fluviais e o salvamento de náufragos.

22) Conforme estabelecido na NORMAM-06/DPC, as classificadoras que solicitem reconhecimento para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira na emissão de certificados e/ou execução de auditorias, vistorias e inspeções em sistemas de mergulho, deverão cumprir requisitos adicionais aos já previstos para as demais classificadoras, a fim de comprovar a sua competência, a sua capacidade e os meios adequados para a realização das avaliações e dos cálculos discriminados abaixo, EXCETO:

- (A) cálculo de vazão de misturas respiratórias.
- (B) análise de composição de misturas gasosas.
- (C) composição de sistemas para mergulhos rasos e profundos.
- (D) requisitos para equipamentos e sistemas de mergulho.
- (E) ensaios não-destrutivos em vasos de pressão.

23) Assinale a opção que apresenta embarcações sujeitas à inscrição simplificada nas Capitânicas dos Portos, Delegacias ou Agências, não sendo dispensadas dessa inscrição, conforme estipulado na NORMAM-01/DPC.

- (A) Miúdas, sem propulsão a motor.
- (B) Dispositivos flutuantes, sem propulsão, destinados a serem rebocados, com até 10 (dez) metros de comprimento.
- (C) Miúdas, com propulsão a motor.
- (D) Pertencentes à Marinha do Brasil.
- (E) Plataformas móveis com Arqueação Bruta maior que 100.

- 24) A NORMAM-06/DPC estabelece que as auditorias conduzidas pela DPC nas classificadoras reconhecidas para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira tem como objetivos os itens relacionados abaixo, EXCETO:
- (A) verificar a conformidade da classificadora com os procedimentos e requisitos constantes na NORMAM-06/DPC, considerando as atribuições solicitadas ou já estabelecidas no acordo de reconhecimento firmado ou em portaria.
 - (B) verificar a eficácia de ações corretivas adotadas em função de não-conformidades relatadas em auditorias anteriores.
 - (C) verificar o atendimento integral aos requisitos das normas nacionais que a classificadora está reconhecida para implementar, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, considerando as atribuições solicitadas já estabelecidas no acordo de reconhecimento firmado ou em portaria.
 - (D) constatar a veracidade e/ou implicações de deficiências ou procedimentos inadequados porventura relatados ou verificados por representantes da Autoridade Marítima Brasileira ou por outras entidades representativas da sociedade civil.
 - (E) verificar o atendimento integral aos requisitos das normas internacionais relativas à Autoridade Marítima do governo estrangeiro responsável pela bandeira das embarcações vistoriadas.
- 25) A seleção de navios a serem inspecionados pelo Inspetor Naval deverá seguir uma lista de prioridade, conforme estabelecido na NORMAM-04/DPC. Qual é o tipo de navio que possui a maior prioridade?
- (A) Petroleiro.
 - (B) Graneleiro.
 - (C) Transportador de Gás.
 - (D) Transportador de substâncias químicas.
 - (E) Destinado ao transporte de veículos.

- 26) O Diário do Serviço de Comunicações é o livro destinado ao registro de todas as informações, ocorrências e dados relativos ao serviço de rádio a bordo de uma embarcação mercante, para resguardo da vida humana no mar, conforme prevê a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS). Após o seu encerramento, o Diário do Serviço de Comunicações será mantido a bordo, durante quantos anos, à disposição das autoridades fiscalizadoras?
- (A) Seis.
 - (B) Cinco.
 - (C) Quatro.
 - (D) Três.
 - (E) Dois.
- 27) Conforme previsto na NORMAM-02/DPC, somente será obrigatório o embarque de um auxiliar de saúde (ASA) nas embarcações que:
- (A) transportem mais de 12 passageiros e realizem singraduras maiores que 12 horas.
 - (B) transportem mais de 50 passageiros e realizem singraduras maiores que 24 horas.
 - (C) transportem mais de 100 passageiros e realizem singraduras maiores que 12 horas.
 - (D) transportem mais de 200 passageiros e realizem singraduras maiores que 24 horas.
 - (E) realizem singraduras superiores a 48 horas, independente do número de passageiros que transportem.
- 28) Dentre os documentos exigidos para as obras citadas na NORMAM-11/DPC, se faz necessário a apresentação em duas vias da Planta Final de Situação (PFS), assinada pelo engenheiro responsável, contendo o seu nome completo e registro no CREA. Sendo assim, a PFS deverá ser elaborada após a execução da obra, e tal exigência aplica-se apenas às obras com dimensões horizontais superiores a 20 metros. Em qual das obras abaixo não é obrigatório apresentar a PFS?
- (A) Portos ou instalações portuárias, cais, píeres, molhes, Trapiches, marinas ou similares.
 - (B) Lançamento de cabos e dutos submarinos ou estruturas similares.
 - (C) Construção de pontes rodoviárias ou similares sobre águas.
 - (D) Cabos e dutos aéreos e estruturas similares.
 - (E) Lançamento de petrechos para atracação e/ou captura de pescado.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2014

- 29) O Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) será instaurado sempre que chegar ao conhecimento de um Agente da Autoridade Marítima, por qualquer meio de comunicação, a ocorrência de acidente ou fato da navegação. O IAFN será instaurado imediatamente ou até o prazo máximo de
- (A) 2 dias
 - (B) 3 dias
 - (C) 5 dias
 - (D) 8 dias
 - (E) 10 dias
- 30) Nos casos de importação/exportação de petróleo, seus derivados e bicomustíveis por navios operando em longo curso, bem como de embarcações afretadas por período igual ou inferior a trinta dias, a perícia na embarcação para emissão da Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo poderá ser substituída pela análise do relatório de
- (A) Port State Control.
 - (B) Flag State Control.
 - (C) Inspeção *SIRE*.
 - (D) Inspeção Naval.
 - (E) Vistoria de Condição.

31) De acordo com as definições estabelecidas na NORMAM-04/DPC, assinale a opção correta.

- (A) Afretamento por viagem (*VOYAGE CHARTER*) - É a modalidade de afretamento em que o afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação por tempo determinado, incluindo o direito de designar o comandante e a tripulação.
- (B) Afretamento a casco nu (*BAREBOAT CHARTER*) - É a modalidade de afretamento em que o fretador se obriga a colocar toda ou parte de uma embarcação armada à disposição do afretador para execução de serviços de transporte, em uma viagem.
- (C) Declaração de conformidade para operar em AJB - É a declaração emitida compulsoriamente (pela Autoridade Marítima) para uma embarcação em cumprimento ao estabelecido em convenções e códigos internacionais e na regulamentação nacional aplicável.
- (D) Certificado estatutário - É o certificado emitido compulsoriamente para uma embarcação em cumprimento ao estabelecido em convenções e códigos internacionais e na regulamentação nacional aplicável.
- (E) Declaração de conformidade para operação em AJB - É o documento que atesta a conformidade para operação em AJB de plataformas, navios sonda, FPSO e FSO, com os requisitos estabelecidos nas normas em vigor relativos à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição no meio aquaviário.

- 32) De acordo com a NORMAM-01/DPC, correlacione as características das embarcações com as suas respectivas definições e assinale, em seguida, a opção que apresenta a sequência correta.

CARACTERÍSTICAS	DEFINIÇÕES
I - Comprimento Total ou Extremo	() É a distância horizontal medida entre os pontos extremos de proa e popa. No caso de veleiros, não deve ser considerado o mastro de proa.
II - Comprimento de Regra	() Significa 96% do comprimento total na linha d'água correspondente a 85% do menor pontal moldado ou o comprimento compreendido entre a roda de proa e o eixo da madre do leme, medido na mesma linha d'água, se este for maior.
III- Comprimento entre perpendiculares	() É a distância horizontal medida entre os pontos em que a linha d'água de projeto corta a proa e o eixo da madre do leme. Nas embarcações sem leme tal comprimento deve ser medido na linha d'água de projeto, entre os cadastes de proa e popa.
IV - Comprimento de Arqueação	() É a distância horizontal, medida na linha de centro, entre os pontos de encontro da face inferior do chapeamento do convés superior com as faces internas do chapeamento da proa e popa.
V - Contorno	() É o perímetro da seção mestra, excluindo o convés, medido entre os pontos de encontro do chapeamento do costado com o convés superior. Não deve incluir verdugos ou bolinas, caso existentes.

(A) (I) (II) (III) (V) (IV)
(B) (I) (II) (III) (IV) (V)
(C) (III) (I) (II) (IV) (V)
(D) (II) (III) (I) (IV) (V)
(E) (I) (III) (V) (II) (IV)

- 33) De acordo com a NORMAM-10/DPC, quem é o responsável para autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar que não tenham passado ao domínio da União?
- (A) Diretor de Portos e Costas.
 - (B) Diretor Geral de Navegação.
 - (C) Capitão dos Portos.
 - (D) Comandante do Distrito Naval.
 - (E) Chefe do Estado-Maior da Armada.
- 34) O Prático e o Praticante de Prático somente poderão estar certificados, nas respectivas categorias, em uma única Zona de Praticagem. Qual é o prazo de validade, em meses, do Certificado de Habilitação de Praticante de Prático, a contar da data de sua emissão?
- (A) 12
 - (B) 15
 - (C) 18
 - (D) 21
 - (E) 24
- 35) As mercadorias perigosas se dividem, de acordo com suas características, em classes. Com relação aos conceitos estipulados na NORMAM-01/DPC, é correto afirmar que:
- (A) as mercadorias classe 2 são as mercadorias mais perigosas que podem ser transportadas, razão pela qual as precauções que figuram para esta classe são particularmente estritas.
 - (B) as substâncias classe 3 referem-se a Gases Comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão.
 - (C) os sólidos inflamáveis classe 4 possuem duas subdivisões.
 - (D) substâncias tóxicas classe 6 contém microrganismos vivos ou suas toxinas causam ou são suspeitas de causar doenças em animais ou no homem.
 - (E) os produtos classificados como "poluentes do mar", que representam risco à vida no meio aquático, caso ocorra derramamento, estão incluídos na classe 9 - Substâncias e Materiais Perigosos Diversos.

- 36) Conforme previsto na NORMAM-02/DPC, algumas embarcações deverão ser classificadas e mantidas em classe por uma sociedade classificadora reconhecida para atuar em nome do governo brasileiro na navegação interior, EXCETO:
- (A) embarcações nacionais com propulsão e com AB maior ou igual a 500.
 - (B) plataformas móveis empregadas nas atividades relacionadas à prospecção, extração ou produção de petróleo e gás.
 - (C) embarcações nacionais que transportem, a granel, substâncias líquidas nocivas as quais se apliquem os códigos IBC ou BCH.
 - (D) embarcações nacionais sem propulsão e com AB maior do que 1.000.
 - (E) embarcações nacionais que transportem, a granel, gases liquefeitos aos quais se apliquem os códigos IGC, GC ou o código para navios existentes que transportem gases.
- 37) Assinale a opção correta, de acordo com o contido na Lei 7.273, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
- (A) Qualquer pessoa é facultada, desde que o possa fazer sem perigo para si ou para outrem, a prestar auxílio a quem estiver em perigo de vida no mar.
 - (B) A determinação do Armador ou proprietário ou de terceiros, com interesse na embarcação, ao Comandante, para não prestar os serviços de busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, isenta este último dessa obrigação.
 - (C) A pessoa que for salva, após pedido de auxílio feito, com real ameaça de perigo de sua vida poderá arcar com a indenização dos recursos empregados no atendimento dessa solicitação.
 - (D) A palavra "socorro" tem o mesmo significado que a expressão "busca e salvamento".
 - (E) Ao receber uma solicitação de socorro, todo Comandante deverá, sempre, utilizar sua embarcação e meios sob sua responsabilidade para prestar auxílio a quem estiver em perigo no mar.

- 38) O Passe de Saída para o próximo porto é emitido pelo Órgão de Despacho (OD) da jurisdição, após análise do Pedido de Despacho encaminhado pelo representante legal de uma embarcação mercante empregada na navegação de cabotagem ou longo curso, caso não haja pendências. O Passe de Saída tem validade de até quantas horas, contadas a partir da data-hora da partida prevista no Pedido de Despacho, concedido a critério do OD da jurisdição?
- (A) 60
 - (B) 48
 - (C) 36
 - (D) 24
 - (E) 12
- 39) Em relação à Lancha de Prático, é correto afirmar que:
- (A) a velocidade de cruzeiro não deve ser inferior a 15 nós.
 - (B) é de uso específico do Serviço de Praticagem, não podendo ser empregada, em nenhuma hipótese, em quaisquer outras atividades.
 - (C) o Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) é composto de um Contramestre (CTR) e de um Marinheiro de Convés (MNC).
 - (D) após a tripulação estar adestrada, deverá ser submetida às inspeções necessárias à homologação pelo CONAPRA, que emitirá um Certificado de Homologação, com validade de três anos, com cópia para a CP/DL/AG.
 - (E) a letra P, que significa Prático, deve ser pintada na superestrutura, em ambos os bordos, por ante a ré do acesso à cabine de governo, com tinta vermelha do tipo refletora.

40) Assinale a opção correta, de acordo com os procedimentos para fiscalização por autoridades nacionais, estabelecidos na NORMAM-08/DPC.

- (A) Quando da entrada da embarcação, a visita das autoridades do porto, constituída exclusivamente por militares da Marinha do Brasil, é a primeira exigência a ser atendida pelas embarcações que demandam o porto. Compete ao representante do Armador as providências necessárias para sua realização, antes de ser a embarcação liberada para as operações de carga e descarga, de embarque e desembarque de passageiros.
- (B) É permitido às lanchas, que estiverem a serviço do Armador ou Agente de Navegação, atracar em embarcação mercante fundeada, que seja procedente de porto estrangeiro, sem prévia liberação da Receita Federal, Polícia Federal e Saúde dos Portos.
- (C) Livre Prática a Bordo é a autorização emitida pelo Órgão de Vigilância Sanitária Federal competente, especificamente para que uma embarcação procedente do exterior atraque ou inicie as operações de embarque ou desembarque de cargas e viajantes, a partir da avaliação satisfatória das informações apresentadas na Solicitação do Certificado, sem inspeção sanitária, a bordo, no momento da sua emissão.
- (D) As embarcações, cujas condições sanitárias não forem consideradas satisfatórias ou que sejam provenientes de regiões onde esteja ocorrendo surto de doença transmissível, deverão permanecer nos fundeadouros de quarentena até liberação pela Saúde dos Portos. O fundeio na zona de quarentena dependerá, ainda, de que as embarcações possuam "tanques de retenção".
- (E) É permitido a um navio fundeado em zona de quarentena efetuar descarga de águas servidas, desde que os tanques de dejetos estejam devidamente vedados e tratados quimicamente.

- 41) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

A NORMAM-15/DPC estabelece que Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (CSSM) é um documento emitido por sociedade classificadora reconhecida pela _____ para certificar sistemas de mergulho em nome do governo brasileiro, o qual terá validade de _____ anos e deverá ser endossado através de vistorias _____.

- (A) DPC / dez / anuais
 - (B) Capitania dos Portos / cinco / bianuais
 - (C) Capitania dos Portos / cinco / anuais
 - (D) DPC / cinco / anuais
 - (E) Capitania dos Portos / dez / semestrais
- 42) Um determinado porto localizado na área de jurisdição de uma certa Agência da Capitania dos Portos solicitou autorização para realizar uma dragagem de manutenção. De acordo com a NORMAM-11/DPC quem é o responsável pela autorização da referida dragagem?
- (A) Capitão dos Portos.
 - (B) Agente da Capitania dos Portos.
 - (C) Autoridade Portuária.
 - (D) Diretor de Portos e Costas.
 - (E) Secretário de Portos.

- 43) Assinale a opção correta, de acordo com o contido na Lei 7.203, de 3 de julho de 1984, que dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
- (A) A autoridade naval poderá intervir em operações de assistência e salvamento, ou providenciá-las, quando necessário, para prevenir, controlar ou evitar danos à propriedade de terceiros ou ao meio ambiente, mediante solicitação ou vontade expressa dos responsáveis pela embarcação assistida.
 - (B) Quando uma embarcação representar um risco de dano a terceiros ou ao meio ambiente, o Comandante dessa embarcação será o responsável pelas providências necessárias para anular ou minimizar esse risco e, caso esse dano se concretize, será responsabilizado pelas suas consequências sobre terceiros ou sobre o meio ambiente, sem prejuízo do direito regressivo que lhe possa corresponder.
 - (C) É facultado ao Comandante da embarcação, o direito de escolha do salvador. Nesse caso, caberá ao armador arcar com todos os custos do salvamento.
 - (D) Prescreve em três anos a ação de qualquer salvador para exigir a remuneração pelos serviços prestados, contados do dia em que terminarem as operações de assistência e salvamento.
 - (E) Quando a assistência e salvamento ocorrerem em águas sob jurisdição nacional e existir envolvimento de embarcação brasileira nessa operação, a competência para julgar questões pertinentes ou decorrentes desse salvamento é da responsabilidade de tribunal brasileiro.

44) Assinale a opção que completa corretamente, as lacunas I, II e III, respectivamente, das sentenças abaixo, de acordo com o contido na NORMAM-12/DPC.

I - A faina de praticagem começa a ser contada, em termos de tempo, a partir do início do deslocamento da embarcação com o prático a bordo. O tempo de espera do Prático a bordo, por qualquer motivo, desde que devidamente acomodado, será considerado período de _____ (prático à disposição do armador, a bordo).

II - Férias é o período, nunca inferior a trinta dias em cada ano, dos quais pelo menos _____ dias consecutivos, durante o qual o prático não está disponível para ser requisitado a realizar faina de praticagem em quaisquer circunstâncias.

III- Na faina de praticagem de longa duração, o período de descanso do prático, por motivo de revezamento, é considerado período de _____.

- (A) serviço / dez / serviço
- (B) sobreaviso / dez / serviço
- (C) serviço / dez / sobreaviso
- (D) serviço / quinze / serviço
- (E) sobreaviso / quinze / sobreaviso

45) A NORMAM-10/DPC estabelece que a promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos, já incorporados ao domínio da União, é livre. Assinale a opção que indica a antecedência mínima, em dias úteis, para que a empresa promotora da atividade comunique à Capitania, Delegacia ou Agência o período e o local do evento.

- (A) 5
- (B) 10
- (C) 15
- (D) 20
- (E) 45

46) De acordo com a NORMAM-16/DPC, a quem cabe designar a Autoridade Naval responsável pela coordenação e controle das atividades de assistência e salvamento?

- (A) Comando da Agência de uma capitania de área.
- (B) Comando da Delegacia de uma capitania de área.
- (C) Comando da Capitania dos Portos de área.
- (D) Comando do Distrito Naval de área.
- (E) Comando de Operações Navais.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2014

47) Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação às definições constantes da NORMAM-20/DPC, e assinale a seguir a opção que apresenta a sequência correta.

- () Deslastro é a descarga de água de lastro, utilizada a bordo de embarcações nos tanques/porões de lastro, para o ambiente aquático ou instalações de recebimento.
- () Gestão ou gerenciamento da água de lastro é uma atividade de cunho administrativo, que consiste na fiscalização do cumprimento da LESTA, das normas e regulamentos delas decorrentes, e dos atos e resoluções internacionais ratificados pelo Brasil, no que se refere exclusivamente à salvaguarda da vida humana e à segurança da navegação, no mar aberto e em hidrovias interiores.
- () Organismos aquáticos exóticos, nocivos e agentes patogênicos, se introduzidos no mar, incluindo estuários ou cursos de água doce, podem prejudicar o meio ambiente, a saúde pública, as propriedades/recursos, a diversidade biológica ou interferir em outros usos legítimos de tais áreas.
- () Unidade de conservação da natureza compreende todas as águas interiores entre a costa e a linha de base reta, a partir de onde se mede o mar territorial; as áreas dos portos, das baías, dos rios e de suas desembocaduras, dos lagos, das lagoas, dos canais, dos arquipélagos; e as águas marítimas sob jurisdição nacional que não sejam interiores.
- () Áreas ecologicamente sensíveis são regiões das águas marítimas ou interiores, definidas por ato do Poder Público, onde a prevenção, o controle da poluição e a manutenção do equilíbrio ecológico exigem medidas especiais para a proteção e a preservação do meio ambiente, com relação à passagem de embarcações.
- () Água de lastro é a água com suas partículas suspensas levada a bordo de uma embarcação nos seus tanques de lastro, para o controle do trim, da banda, do calado, da estabilidade ou das tensões da embarcação.

- (A) (V) (F) (V) (V) (F) (V)
- (B) (V) (F) (V) (F) (V) (V)
- (C) (F) (V) (F) (F) (F) (V)
- (D) (F) (F) (V) (F) (V) (F)
- (E) (V) (V) (F) (F) (V) (F)

48) Conforme previsto no Art. 27 da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 (Lei do Óleo), que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, a Autoridade Marítima, por intermédio de suas organizações competentes, é responsável pelo cumprimento desta lei. Assinale a opção que apresenta as atribuições específicas da Autoridade Marítima.

- (A) Realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, das instalações portuárias, das cargas movimentadas, de natureza nociva ou perigosa, e das plataformas e suas instalações de apoio, quanto às exigências previstas no licenciamento ambiental, autuando os infratores na esfera de sua competência.
- (B) Avaliar os danos ambientais causados por incidentes nos portos organizados, dutos, instalações portuárias, navios, plataformas e suas instalações de apoio.
- (C) Realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, instalações portuárias, estaleiros, navios, plataformas e suas instalações de apoio, avaliar os danos ambientais causados por incidentes ocorridos nessas unidades e elaborar relatório circunstanciado, encaminhando-o ao órgão federal de meio ambiente.
- (D) Comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo.
- (E) Fiscalizar navios, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, autuando os infratores na esfera de sua competência.

- 49) Ao abordar os coletes salva-vidas e as suas classes de emprego, a NORMAM-05/DPC estabelece que coletes salva-vidas classe IV são aqueles:
- (A) fabricados conforme requisitos previstos na convenção SOLAS, para serem utilizados nas embarcações empregadas na navegação em mar aberto e nas plataformas.
 - (B) destinados ao uso nas embarcações empregadas na navegação interior, sem levar em conta os requisitos previstos na convenção SOLAS.
 - (C) para emprego em atividades esportivas tipo esqui aquático, pesca esportiva, canoagem, etc.
 - (D) para serem utilizados por longos períodos, por pessoas envolvidas em trabalhos realizados próximos à borda da embarcação, cais ou suspensos por pranchas ou outros dispositivos que corram o risco de queda na água.
 - (E) fabricados conforme os requisitos da convenção SOLAS para emprego em águas interiores.

50) Assinale a opção correta, de acordo com as especificações detalhadas na NORMAM-08/DPC, 1ª Revisão, 2013, relacionadas com o tráfego de embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

- (A) Embarcações que estejam efetuando a passagem inocente não necessitam de autorização especial de trânsito, de acordo com as regras de direito marítimo internacional, estando sujeitas apenas à verificação de praxe da documentação exigida por acordos, normas e convenções internacionais aplicáveis, ratificadas pelo governo brasileiro.
- (B) Embarcações de pesquisa ou investigação científica não autorizadas a efetuar essas atividades em AJB deverão comunicar ao governo brasileiro, por via diplomática, com antecedência mínima de trinta dias, qualquer visita às AJB e a portos brasileiros, sendo vedadas quaisquer coletas de dados ou de informações científicas.
- (C) Somente a embarcação de bandeira estrangeira deverá comunicar, de imediato, à Capitania dos Portos (CP) da área de jurisdição, o fato de que, por qualquer motivo, tenha parado as máquinas ou fundeado no mar territorial brasileiro (A comunicação deverá informar: a posição da embarcação, o motivo da parada ou fundeio, a hora estimada de partida e o porto de destino). A CP poderá determinar outro local de parada ou fundeio, a seu critério, quando a posição escolhida não for conveniente aos interesses da segurança da navegação, da salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da poluição ambiental.
- (D) As arribadas de embarcações de pesca estrangeiras, não autorizadas a operar em AJB, para portos nacionais, são consideradas não justificadas, sendo facultativa a instauração do devido inquérito administrativo.
- (E) A Autoridade Marítima, conforme legislação em vigor, coordenará o estabelecimento e a divulgação, a serem realizados pela Capitania dos Portos, do calado máximo de operação dos navios, do porte bruto máximo e das dimensões máximas dos navios que trafegam nos portos brasileiros, bem como a delimitação, nas Áreas de Porto Organizado (APO), das áreas de fundeadouro, de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima, bem como as destinadas a plataformas, demais embarcações especiais, navios de guerra e submarinos, navios em reparo ou aguardando atracação e navios com cargas inflamáveis e explosivos.